

# EDUCAÇÃO E ESTADO NOVO EM MINAS GERAIS

*Hercules Pimenta dos Santos*

---

Resenha do livro:

PEIXOTO, A. M. C. Educação e estado novo em Minas Gerais. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003. 458 p.

Educação e Estado Novo em Minas Gerais lançado pela Editora Universidade São Francisco, no ano de 2003, é um livro proveniente da tese de doutoramento original defendida por Ana Maria Casasanta Peixoto junto ao Programa de Pós-graduação em História e Filosofia da Educação da PUC de São Paulo, sob orientação do Prof. Carlos Roberto Jamil Cury. Nos tempos atuais, podemos claramente dizer que se trata de dois grandes nomes dentro da historiografia da educação em Minas Gerais. A obra compõe a Coleção Estudos, do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH), sob a coordenação de outro nome importante no campo da História da Educação, o professor Doutor Marcos Cezar de Freitas.

Temos como pano de fundo deste livro a educação escolar em Minas Gerais, no período político da história brasileira denominado de Estado Novo (1937-1945), trabalhando o significado assumido pelas políticas educacionais nos governos de Olegário Maciel e Benedito Valadares. Trata-se de um trabalho que busca dar continuidade aos estudos sobre a Reforma Educacional Francisco Campos em Minas Gerais (1926-1930), pois Ana Casasanta se viu motivada pela maneira como esta reforma foi recebida pela sociedade em Minas no pós Revolução de 1930. Ela observou uma expressiva diminuição na oferta de vagas no sistema público de ensino desse período.

A autora intencionou mostrar que o Estado mineiro tomou a educação como um meio capaz de modernização, objetivando criar condições para melhorias na eficiência e funcionamento do sistema escolar com vistas para a implantação de uma nova política econômica emergente, o sistema industrial em Minas Gerais. Contamos aqui nesta obra com uma discussão que nos apresenta fatores remotos capazes de nos promover um melhor entendimento de desigualdades sociais e educacionais históricas.

O balanço que a autora realiza em sua obra nos dá a idéia da medida de compromisso assumida pelos Estados e também da participação, envolvimento e interesse das elites mineiras em torno de até que ponto se pretendia promover uma educação democrática. Em oposição a isto se pode observar também a luta dos “excluídos” para que este quadro não se alastrasse e permanecesse de maneira danosa para gerações futuras.

O caso mineiro se torna específico, pois mesmo com o governo federal adotando medidas para a instituição de um sistema nacional de educação, cada estado e ou região de nossa federação não possuiria as plenas condições estruturais e sociais para uma normatização plena. Ana Casasanta objetivou elucidar os motivos que levaram o governo de Minas Gerais ao abandono da política liberal, característica do governo de Antônio Carlos, optando pelo estreitamento na oferta de vagas no ensino público pós 1930.

A proposta da pesquisa que foi transformada no livro aqui analisado foi a de reconstruir as políticas voltadas para a educação do Estado de Minas Gerais no período do Estado Novo, compreendendo como esta área das políticas públicas foi tratada. Qual valor foi destinado à educação pelo governo mineiro naquele momento histórico nacional, que almejava uma intensa modernização para o país? Como o governo se colocava diante do caráter ideológico desejado para a escola, dos elementos pedagógicos também ideologizados orientadores de sua organização, a sua incorporação e permanência, percebendo então

as conseqüências para o sistema escolar como um todo. É focada na ênfase de uma relação que se estabelece entre a área educacional e o Estado mineiro, que esta pesquisa pretendeu determinar o caráter prioritário buscado pelo governo de Minas Gerais, no período de 1930-1945. Ela traz uma análise que mostra as relações estabelecidas entre educação e política, pois concordando com as próprias palavras da autora, a educação cumpre um papel político.

A obra foi estruturada em três capítulos bem definidos, partindo do geral ao específico, falando das políticas educacionais do governo mineiro no pós 1930, passando pela educação mineira e sua relação com as imposições autoritárias do governo, abordando no último capítulo, especificamente a escola mineira no regime autoritário. Temos ainda, após esses três capítulos devidamente divididos por subtítulos, o que facilita a consulta à obra sem a necessidade de se ler ou reler todo um capítulo quando da necessidade de se encontrar algo específico, conclusão e bibliografia.

O primeiro capítulo tem como objeto de análise as apropriações da Reforma Francisco Campos pelo Estado Mineiro logo após a Revolução de 1930, focando o fenômeno de reorientação da política educacional em Minas Gerais. O segundo capítulo aborda as novas políticas para a educação mineira, observando objetivos, fundamentos, discursos ideológicos e pedagógicos e conseqüentemente suas influências e significados educacionais, políticos, sociais e econômicos no período. No terceiro, se discute as continuidades e rupturas da educação em Minas Gerais diante das políticas educacionais do Estado Novo, empreendendo-se uma avaliação do valor social assumido pelas políticas educacionais. A conclusão geral da pesquisa realiza a síntese dos aspectos mais relevantes para o entendimento do processo das mudanças educacionais mineiras.

Metodologicamente, entendo que temos em mãos uma clássica obra de História Política. Podemos caracterizá-la em tal

abordagem, observando a presença de elementos tradicionais neste tipo de narrativa histórica. Toda a obra é permeada por conceitos políticos, centrada na análise de acontecimentos sucessivos, realizando uma síntese histórica que valoriza a influência determinante dos fatos. A autora procurou focar sua análise na forma como o governo operou o sistema educacional com vistas à geração de um elemento de ajuda na implantação de uma nova ordem. Fica clara, para nós leitores, a apropriação pelo governo autoritário de Getúlio Vargas de um discurso educacional ideologizado naquele momento político da história brasileira. Para se poder chegar a esta caracterização foi necessária a análise do poder público, identificando em seus elementos, quem os detinha, quem os prescrevia e como operavam com estes, a quem estes elementos beneficiavam política e até economicamente.

Esse tipo de narrativa focada na análise política compreende a apresentação de datas precisas, nomes e a descrição de determinados episódios e situações que se sucedem em ritmo acelerado. Uma história que se pretende contar como ocorreu, utilizando-se da explicação do processo de construção de um Estado. Especificamente neste trabalho de pesquisa foi levado em consideração, ou tratado como algo indispensável, o delineamento do quadro econômico estadual e as ligações possíveis com a área educacional. Foi observando as informações a respeito do fechamento de escolas pelo Estado mineiro, no início dos anos 1930, que Ana Casasanta reconstruiu a política educacional praticada pelo governo no período delimitado para sua investigação.

Outra característica marcante nesta obra, de uma história tradicionalmente focada nas questões políticas, estaria na tipologia de fontes consultadas. As fontes primárias aqui utilizadas compreendem estritamente, e quase em sua totalidade, documentos de caráter oficial: normas legais, estatísticas, formas cotidianas do fazer metodológico e pedagógico nas escolas. Foram realizadas entrevistas com personalidades da época e selecionadas

diversas publicações colhidas na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, bem como a Coleção das Leis e Decretos Estaduais, jornal Minas Gerais e a Revista do Ensino. Na imprensa civil foram consultados jornais como O Estado de Minas, Diário de Minas, Correio Mineiro, O Debate, O Horizonte, O Diário e a Revista Educando. Foi principalmente através deste aporte documental que se buscou a reconstrução das políticas educacionais do Estado.

Em grande parte da obra a autora se dedica à transcrição de algumas das fontes consultadas, apresentando notícias de jornais, decretos e leis devidamente referenciados e optando também por uma descrição densa de algumas delas. Junto a diversas destas transcrições e descrições aparecem comentários e análises críticas. A justificativa para tal convergência documental, é que tanto a autora, Ana Casasanta, como seu orientador nesta pesquisa, professor Carlos Roberto Jamil Cury, valorizam o trabalho com as fontes primárias. Para ambos, tais fontes permitem apreender os processos no seu acontecer, oferecendo elementos que possibilitam compreender a realidade de uma maneira mais fiel, fugindo do já existente, suscitando novos problemas.

Observando o referencial teórico desta obra encontramos o uso intenso de autores marxistas, além do uso de outros aportes teóricos. Existem citações a estes autores por várias partes do livro, sendo que se destacam as referências a Karl Marx e Antonio Gramsci; na área da educação, especificamente no Brasil, a Demerval Saviani. Temos uma variada gama de autores que tratam de temas como revoluções, formação de classe operária, relações entre classes sociais, conceitos de linhas de produção e sindicalismo, por exemplo. Além, claro, das obras e autores que se ocupam das questões e conceitos políticos, temas como política educativa, políticas de desenvolvimento, autoritarismo, corporativismo, sobre Constituição Federal e pensamento político, não se esgotando nestes citados. Uma das formas de se identificar

rapidamente as linhas metodológicas de uma obra historiográfica estaria na observação do quadro teórico disposto em suas referências bibliográficas. Diante da observação dos autores e teorias consultadas, podemos fazer uma delimitação aproximada das metodologias empregadas pelo autor na obra que se propõe a ser analisada.

Após a rápida análise desta obra considero que a mesma se constitui como referência para os estudos voltados ao fenômeno educacional brasileiro no período Estado Novista em Minas Gerais. Mais especificamente, mas não apenas, no âmbito das pesquisas históricas educacionais. Esta pesquisa, como toda investigação acadêmica de qualidade, carrega em suas páginas a possibilidade de novas abordagens, novas discussões e questionamentos sobre a educação neste período da história brasileira, principalmente pela riqueza de conteúdo e metodologia empregada. Seu cunho pode não estar voltado para uma História Política Renovada, como prega por exemplo René Remond, integrando todos os atores sociais, dos mais modestos aos nomes de destaque dentro do exercício político, algo que eliminaria sua qualidade elitista e individualista. Ou como Raoul Girardet que defende trabalhar a história política enfocando o imaginário político, dando ênfase aos mitos e mitologias políticas. No meu entender, a obra de Ana Casasanta cumpre bem a proposta que foi apresentada dentro de uma metodologia historiográfica mais tradicional.

**Hercules Pimenta dos Santos** é Mestrando em Educação FaE-UFMG. E-mail: [herculesantos.ufmg@gmail.com](mailto:herculesantos.ufmg@gmail.com).

Recebida em: 05/01/2010

Aceita em: 10/06/2010